

A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI

The recent Chinese expansion and new determinations of imperialism in the 21st century

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v5.n1.p121](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n1.p121)

Valéria Lopes Ribeiro¹

1. Professora Adjunta do Bacharelado em Relações Internacionais e do Bacharelado em Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC). ORCID: orcid.org/0000-0003-3885-4805

Recebido em: 26 de junho de 2017

Aprovado em: 18 de outubro de 2017

RESUMO

O artigo faz uma análise da expansão chinesa recente contrapondo-a com algumas formulações teóricas dentro do campo marxista. Parte-se dos conceitos de imperialismo presentes em Lênin e também em Poulantzas e de alguns apontamentos mais recentes em torno do chamado novo imperialismo. A partir daí pretende-se discutir a ideia de que a expansão chinesa poderia ser identificada como mais um caso de expansão imperialista. A hipótese é de que a expansão da China se apresenta como um fenômeno novo e peculiar relacionado a um desdobramento de um processo de acumulação específico e contraditório. Assim, esta projeção reflete uma tentativa de expansão de um modelo econômico que, por um lado contrapõe-se a ordem liberal ocidental, mas ao mesmo tempo instaura novas contradições com impactos nos demais países, principalmente periféricos.

Palavras-chave: Imperialismo; China; expansão

ABSTRACT

The article analyzes the recent Chinese expansion in contrast it with some theoretical formulations within the Marxist field. It starts from the concepts of imperialism present in Lenin and also in Poulantzas and from some more recent notes about the so-called new imperialism. From this we intend to discuss the idea that Chinese expansion could be identified as another case of imperialist expansion. The hypothesis is that China's expansion presents itself as a new and peculiar phenomenon related to an unfolding of a process of specific and contradictory accumulation. Thus, this projection reflects an attempt to expand an economic model that, on the one hand, opposes the Western liberal order, but at the same time establishes new contradictions with impacts in other countries, mainly peripheral ones.

Key-Words: Imperialism; China; expansion

Introdução

Após uma trajetória de expansão econômica contínua que já dura mais de 30 anos, a China é atualmente a maior economia do mundo, quando medido seu Produto Interno Bruto em termos de paridade de poder de compra. Em 2015 o PIB alcançou os 19,6 trilhões de dólares.²

2. Em 2015 os EUA registraram um total de 18,036.650 trilhões de dólares, baseado no produto doméstico bruto, segundo a Paridade de Poder de compra. (IMF, World Economic Outlook Database, 2013).

Mesmo apresentando contradições típicas de economias em desenvolvimento, como a desigualdade de renda, a China ocupa atualmente posição central no cenário global principalmente no que se refere à sua participação no comércio mundial e nas relações econômicas internacionais.

Uma marca fundamental deste crescimento é o padrão de acumulação fortemente centrado no Estado e nos investimentos, principalmente na indústria (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013) e o estabelecimento de uma transição gradual da economia socialista que manteve o Estado como elemento central e como liderança no processo de acumulação. Mesmo diante de uma transformação da propriedade e da ascensão de uma burguesia cada vez mais rica o Estado e o Partido Comunista Chinês (PCC) continuam moldando as principais direções do crescimento e também sua projeção externa.

O crescimento expressivo chinês remete, portanto, ao período socialista, a partir da fundação da República Popular da China em 1949, com a socialização das terras e a ampla expansão dos investimentos na indústria pesada. Posteriormente, já no fim dos anos 70, com as reformas e a abertura econômica abre-se um canal fundamental de expansão: os investimentos diretos e as exportações. A partir daí, por meio de diversas políticas de transferência de tecnologia, proteção à indústria nacional, investimentos em infraestrutura e uma política cambial autônoma, o governo conseguiu transformar sua economia e fazer com que as empresas chinesas se colocassem no mercado e disputassem espaço com as estrangeiras, seja no mercado consumidor interno como em todo o mundo.

No início do século XXI a China entrou em um novo ciclo de crescimento. Nele observou-se a expansão dos investimentos em infraestrutura, indústria pesada e construção que, por sua vez ampliaram o uso de insumos primários, desde matérias-primas para indústria, como minério de ferro e cobre, até recursos energéticos essenciais, como o petróleo. Do lado financeiro o novo ciclo de crescimento coincide com o forte acúmulo de reservas derivadas principalmente das rendas do comércio exterior que tem permitido uma ampla capacidade de exportação de fluxos financeiros.

Esse imperativo estrutural é a base para um processo de expansão da China pelo mundo em busca de áreas que dispõem de amplos recursos naturais, principalmente países em desenvolvimento como africanos e latino-americanos e também áreas que passam a receber amplo aporte de capital via empréstimos ligados, por exemplo, a projetos de infraestrutura e outros. Com isso as importações chinesas aumentam substancialmente e ampliam-se os investimentos diretos chineses no mundo, além dos fluxos financeiros dirigidos a diversos países. Vale lembrar que tal expansão é resultado de uma política clara do governo que se inicia ainda nos anos 90, a chamada política do “*Going Out*”, marcada pelo apoio do Governo central à expansão das empresas em países principalmente periféricos. (QUIANG, 2008).

A diretriz política que orienta a aproximação da China, principalmente em países em desenvolvimento não é recente e remete aos anos 50, ainda na Conferência de Bandung (1955). Neste momento são definidos os princípios que moldariam todos os discursos diplomáticos do país com o resto do mundo naquele período e até hoje. Os princípios (*Five Principles of Peaceful Coexistence*) são: respeito mútuo a soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos, igualdade e vantagens recíprocas e coexistência pacífica. (OLIVEIRA, 2007; QUIANG, 2008; YOUFA, 2011; AREMU, 2009).

Os impactos da expansão chinesa no mundo vêm sendo discutidos e analisados tanto no meio acadêmico como na imprensa. De um modo geral é possível identificar perspectivas que inserem o fenômeno como parte do quadro maior de exploração de regiões periféricas pelas economias centrais, entendendo a expansão da China como caso típico de uma economia capitalista que procurara novos espaços de exploração, principalmente de recursos naturais³. Além disso identifica-se ainda autores de orientação mais crítica, dentro do campo marxista, que analisam o caso da expansão chinesa e seus impactos como um fenômeno que se insere dentro dos marcos do imperialismo ou novo imperialismo. (BOND, 2014; ROUSSET, 2014; MARTINS e GOLDONI, 2014).

O objetivo deste artigo é analisar o processo de expansão chinesa contrapondo-o a alguns apontamentos teóricos dentro da perspectiva marxista do imperialismo e do novo imperialismo. A ideia é discutir até que ponto é possível pensar este processo a partir da conceituação clássica marxista acerca do imperialismo, principalmente em Lênin e em de Poulantzas e também à luz de alguns apontamentos mais recentes que tem procurado interpretar o imperialismo hoje. Nossa hipótese é de que o caso chinês de expansão representa um caso novo e particular que reflete contradições relacionadas ao próprio regime de acumulação do país e, por isso, não se enquadraria de forma ampla dentro daquelas perspectivas, não sem antes inserir importantes mediações. Ainda assim, como se pretende demonstrar, a expansão chinesa se apresenta de forma bastante contraditória, revelando impactos negativos em diversos países periféricos e desafios fundamentais para a continuidade do próprio projeto socialista chinês. O artigo está dividido da seguinte forma: além desta introdução a seção 2 recupera os conceitos e categorias marxistas do imperialismo e os apontamentos mais recentes; a seção 3 apresenta uma discussão sobre as características peculiares do crescimento chinês e a trajetória de expansão e também os impactos desta expansão; a seção 4 traz algumas conclusões.

Imperialismo e novo imperialismo

Neste início de século vem se observando uma retomada no interesse sobre o tema do imperialismo. Os ataques de 11 de Setembro aos Estados Unidos podem ser considerados um marco deste movimento, na medida em que recoloca a questão do militarismo americano a partir da ofensiva contra o Iraque e seus desdobramentos (MARIUTTI, 2013). Nos anos mais recentes o avanço de governos nacionalistas em países centrais

3. Na imprensa ocidental essa perspectiva é bastante comum <http://www.newyorker.com/news/news-desk/china-in-africa-the-new-imperialists>; <https://www.nytimes.com/2015/07/26/business/international/chinas-global-ambitions-with-loans-and-strings-attached.html>; <http://diplomatie.org.br/a-china-e-imperialista/>; também entre lideranças de país que vem recebendo investimentos chineses, como na África <http://yaleglobal.yale.edu/content/chinas-african-safari>

também conforma elementos de uma conjuntura que em muitos sentidos assemelha-se ao contexto histórico que marcou o imperialismo clássico. Aliado a isso, a questão dos recursos estratégicos e as disputas geopolíticas subsequentes e também a expansão recente da China que disputa e expande suas áreas de influência pelo mundo. Todos estes temas são debates que recolocam a questão do imperialismo como fenômeno que se manifesta concretamente⁴.

4. Analisando o caso da expansão norte-americana e o caráter imperialista estão autores como Panitch e Gidín (2012), Smith (2015), Amim (2005), além de Harvey e Wood estão nesse campo de análise.

Dentre as várias formulações e teses sobre o que se convencionou denominar imperialismo clássico encontram-se autores como Hobson (1902), Luxemburgo (1984), Hilferding (1985), Bukharin (1986). Seguindo algumas reflexões a partir destes, Lênin (1987) em “Imperialismo: nova etapa do capitalismo” apresenta uma das mais importantes análises sobre o imperialismo, não apenas pela percepção das novas determinações do capitalismo naquele contexto, mas pelo impacto político que sua interpretação terá na realidade concreta da primeira metade do século XX.

Para Lênin o imperialismo deve ser entendido como um fenômeno antes de tudo intrínseco ao capitalismo, representando ele mesmo uma nova etapa deste modo de produção que evidencia uma série de características e determinações inscritas no contexto histórico específico em questão. O imperialismo vincula-se assim a contradições das economias capitalistas que atingem certo grau de acumulação de capital e nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ele estaria ligado a um processo de exportação de capitais que articula monopólios nacionais e Estados Nacionais em um movimento que resulta fundamentalmente de uma tendência declinante da taxa de lucro no interior destas economias e da superabundância de capitais. A tendência de queda da taxa de lucro (tese marxista presente no livro 3 de O Capital) apresenta-se naquele contexto como resultado de fatores como o avanço do poder de barganha dos trabalhadores (sindicatos) e a dificuldade em recrutar trabalho no campo; além disso a elevação da composição orgânica do capital atinge novo nível promovendo uma transformação qualitativa que confere centralidade principalmente ao capital financeiro. Estas determinações inscrevem naquela realidade concreta específica as condições para que a burguesia nacional dos grandes centros, na forma monopólica típica do período de forte concentração de capitais, se alie aos seus respectivos governos em busca da anexação de novos territórios para garantir a reprodução de capital, tanto em busca de exportação de capital, de acesso a recursos primários e também de oferta de mão de obra barata. A partir desse momento instaura-se um contexto de ampla concorrência entre Estados em territórios ainda não capitalistas, com o estabelecimento de colônias e anexação de territórios, principalmente pelas potências europeias. Fundamental considerar que a análise de Lênin elucidada a forte corrida armamentista e o aspecto da violência inscritos em todo esse processo e que marcará todo o contexto pré-primeira guerra mundial. O conflito passa então a ser entendido não a partir de si mesmo, mas como relacionado à infraestrutura daquele contexto e as contradições internas do capitalismo. (LENIN, 1987; MARIUTI, 2013).

É também importante destacar que a conceituação leninista acerca do imperialismo evidencia fundamentalmente a relação intrínseca entre

imperialismo e capitalismo e o caráter material/econômico deste processo. No entanto considera a importância da compreensão deste movimento não apenas como econômico, mas também como político, na medida em que os Estados nacionais são parte fundamental de um processo que assume formas políticas de dominação e violência, tanto de Estados centrais sobre Estados conquistados, como entre as burguesias destes Estados.

Assim, o imperialismo, a nova fase do capitalismo, agora monopolista, é também a fase do nascimento do capitalismo financeiro e das bases e condições para um processo de expansão violenta de um modelo de exploração da força de trabalho agora a nível global. O imperialismo é, também e nesse sentido, mais do que econômico ou político, é ele mesmo o momento da expansão de um modelo, um modo de vida. (FRANCO, 2015).

Seguindo também a perspectiva marxista, outra formulação teórica importante em torno do imperialismo pode ser encontrada em Poulantzas (1978). Segundo Bugiato (2014) neste autor encontra-se a reafirmação da tese leninista que vê o imperialismo como expressão das contradições capitalistas em determinado contexto histórico. No entanto, em Poulantzas amplia-se de certa forma a dimensão política do conceito, que ganha maiores fundamentações inclusive por resultar da tentativa de formulação de uma teoria do Estado bastante ampla.

Primeiramente cabe elucidar a perspectiva de Poulantzas acerca do Estado. Para o autor existe uma relação complexa e intrínseca entre o Estado capitalista e a burguesia. Esta procura alcançar seu objetivo de fundo que seria assegurar que este Estado garanta a unidade de uma formação social capitalista e as relações sociais existentes. Esta ação dá unidade de classe e representa ao mesmo tempo uma operação ideológica, que procura impor ao conjunto da sociedade os interesses da burguesia. Assim, o Estado representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas seus interesses políticos: ele é o centro de poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política”. Para Poulantzas garantir a dominação de classe faz parte da função do Estado, pois o Estado como instituição não possui poder próprio. Dessa conceituação em torno do Estado deriva o conceito importante de bloco no poder, que elucidada a relação complexa entre Estado e frações de classe e como estas moldarão em sentidos diversos a ação do Estado, mediante disputas e posições hierárquicas em determinados contextos históricos, não apenas internamente mas nas relações externas. (BUGIATO, 2014; POULANTZAS, 1978).

A partir daí o conceito de imperialismo em Poulantzas passa em primeiro lugar pela afirmação da tese leninista de que a tendência de exportação de capitais no sentido de exploração de outras formações sociais deriva da queda decrescente da taxa de lucro. Além disso Poulantzas vai definir o imperialismo em fases nas quais estabelecem-se relações entre formações sociais avançadas e dependentes. Na fase atual, que seria após a Segunda Guerra Mundial, destaca-se o imperialismo como a ação das metrópoles que reproduzem nas formações sociais dependentes seu modo de produção, com tecnologia inferior, indústrias leves, exploração de força de trabalho mediante baixos salários, reservando para as metrópoles as maiores produtividades e lucros. Este processo de reprodução

interiorizada e induzida afeta não apenas as relações econômicas, mas também políticas e ideológicas.

O ponto fundamental de Poulantzas com relação ao imperialismo é a identificação da complexa relação entre as burguesias (e suas frações) e o Estado. Esta relação vai moldar a ação dos Estados também no plano internacional e na ação seja dos países metrópoles como nos dependentes. Assim não se define apenas pelo processo de exportação de capital em si, mas na ação política destas frações burguesas em orientar a ação do Estado.

Outras contribuições, agora mais recentes, têm analisado expressões do imperialismo em sua fase mais atual.

Em seu “Império do capital” Wood (2014) afirma que o imperialismo na sua expressão mais recente se apresenta de forma mais opaca, ou seja, ainda que permaneçam as relações de exploração entre os países ricos e periféricos, seria mais difícil hoje, comparativamente a períodos anteriores, detectar a transferência de riqueza das nações mais fracas para as mais fortes, isto porque não haveria uma coerção direta, mas sim uma coerção que se dá via mercado. O que destaca o imperialismo hoje, ou ainda o próprio capitalismo, é a predominância da coerção econômica, que se distingue da extraeconômica (política, militar ou judicial) direta, sem que com isso o imperialismo capitalista abra mão da força extraeconômica para exercer relações de dominação e subordinação. (WOOD, 2014)

Para Wood o papel da força extraeconômica no imperialismo capitalista opera não pela intervenção direta na relação capital trabalho ou entre estados imperiais e subordinados, mas de forma mais indireta, pela sustentação do sistema de compulsões econômicas, do sistema de propriedade e da operação dos mercados. Segundo a autora, entender o novo imperialismo – na verdade, determinar se ele realmente existe – exige que entendamos as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e extraeconômica no capitalismo. Pode-se argumentar no que se segue que o capitalismo é único na sua capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico e que isso, entre outras coisas, implica que o poder econômico do capital é capaz de ir muito além do controle de qualquer poder político ou militar existente ou concebível. Ao mesmo tempo, o poder econômico do capital não poder existir sem o apoio da força extraeconômica [...] oferecida primariamente pelo Estado. (WOOD, 2014).

Sobre as manifestações do imperialismo hoje, Wood destaca a atual fase de globalização que se inicia no pós Segunda Guerra sob hegemonia dos Estados Unidos. Aqui a ação dos Estados impõe condições através das quais se explora a mão de obra de outros Estados e é marcada, por exemplo, pelo estabelecimento de dívidas, que seria o principal instrumento do imperialismo. A hegemonia econômica marcada pela criação das instituições FMI, Banco Mundial e Gatt teria o objetivo de estabilizar a economia mundial, racionando as moedas e tornando-as livremente conversíveis ao dólar e estabelecendo a estrutura de reconstrução e desenvolvimento econômico. O objetivo de fundo na verdade seria a abertura de mercados para capitais ocidentais principalmente o americano. Nos anos 70, com o início da chamada globalização, observa-se a ação dos Estados Unidos em deslocar a crise no espaço e no tempo para outros países me-

diante a internacionalização do capital e a especulação financeira, via por exemplo as políticas de ajustes estruturais em países periféricos.

Em outra perspectiva, David Harvey (2004) em “O novo imperialismo” destaca as atuais manifestações do imperialismo americano evidenciando a importância da ação do Estado e da guerra em torno de projetos de expansão ligados, por exemplo, ao acesso a recursos estratégicos como o petróleo. Além disso, o autor recupera e atualiza algumas teses marxistas criando o conceito de acumulação por espoliação. Harvey entende as novas determinações da exploração que se estabelece entre países mediante, por exemplo, a ampla financeirização e suas consequências para os Estados Nacionais ou ainda os direitos de propriedade intelectual via patentes e licenciamento apropriados por alguns países; e ainda a privatizações de bens públicos.

Samir Amim (2005) destaca as manifestações do imperialismo hoje e ressalta que a própria expansão global do capitalismo sempre foi imperialista e assim permanece. Atualmente estaríamos na etapa mais recente desse imperialismo cuja marca fundamental permanece sendo a força dos Estados Unidos sustentada a partir de uma combinação de super rendimentos petrolíferos, seja via controle dos preços dos produtores seja via controle militar amplo. (AMIM, 2005).

Ainda que se possa discutir as teses destes autores com relação as novas manifestações do imperialismo, ressalta destas análises a ideia que nos parece fundamental segundo a qual uma marca do imperialismo hoje é seu vínculo estreito com formas de exploração para além do controle político direto e amplamente relacionada ao que conhecermos por projeto neoliberal, entendido como a configuração política que expressa a atual etapa da acumulação de capital onde prepondera a acumulação financeira em detrimento da expansão produtiva.

..... Análise da projeção externa chinesa

A análise da atual expansão chinesa e suas características e contradições passa, a nosso ver, pela investigação da atual fase do crescimento econômico chinês e pela análise da complexa relação entre a burguesia e o Estado chinês.

Além disso deve-se considerar que, embora se apresente a partir dos anos 80 como uma economia aberta e de mercado, a China não é uma extensão do capitalismo na forma como este se apresenta nos anos mais recentes. Isto porque seu modelo de crescimento não se insere de forma submissa ao modelo de capitalismo neoliberal, mas ao contrário, apresenta-se como uma experiência distinta cuja marca fundamental é a liderança do Estado em torno de um projeto de expansão produtiva e tentativa de inclusão social.

Estes aspectos inscritos na dinâmica interna da experiência chinesa têm desdobramentos externos que vão definir as características do processo de expansão como seguindo uma lógica que reflete os objetivos do Estado em expandir globalmente este padrão de acumulação, colocando a partir daí novas determinações ao imperialismo, e em certos sentidos distinguindo-se das formas estabelecidas mais recentemente.

A trajetória de crescimento da China ao longo das últimas décadas pode ser observada mediante ciclos de expansão que começam ainda no período maoísta e ganham ainda mais dimensão a partir do final dos anos 70, com as reformas implementadas por Deng Xiaoping.

Ao longo do século XXI o ciclo de crescimento chinês esteve ligado a expansão da indústria pesada, infraestrutura e urbanização, com incorporação da mão de obra, mudança estrutural e expansão das exportações, cada vez diversificadas e intensivas em tecnologia. O crescimento do PIB a taxas altas e o saldo das exportações trouxe consigo uma vasta quantidade de reservas (quase 4 trilhões de dólares). (WORLD BANK, 2017)

Mais recentemente, depois da crise de 2008, o país sentiu os efeitos da queda da demanda global e entrou em seu mais recente ciclo, denominado de “*New Normal*”. Neste ciclo os objetivos definidos pelo governo giram em torno do crescimento mais sustentado, com taxas mais baixas e com mais impulso a expansão da demanda interna e setor de serviços, além da inovação e modernização tecnológica.

O crescimento chinês encontra-se atualmente em momento chave, principalmente pelos desafios de manutenção das taxas de crescimento, modernização da indústria e expansão dos direitos sociais. Desde 2010 há uma queda na participação do setor industrial na economia e um aumento do setor de serviços. Nem por isso o investimento (principalmente estatal) diminuiu, com a taxa de formação bruta do capital fixo se mantendo acima de 40% do PIB. (WORLD BANK, 2017).

Segundo Qi (2017) a crise de 2008 promoveu uma mudança importante na dinâmica de acumulação da economia chinesa com relação a taxas de lucratividade e taxas de exploração do trabalho. De acordo com o autor até 2008 observava-se a alta lucratividade estimulando a acumulação de capital e uma alta taxa de mais-valia. Depois da crise, as mudanças nas condições externas e internas levaram a uma queda na taxa de mais valia, de maneira que o chamado “*new normal*” seria, para um autor, um estágio de uma fase de queda da lucratividade resultante da queda da taxa de mais valia e um aumento na composição do capital⁵.

Como discutido na seção 2, a base da análise leninista acerca do imperialismo está na interpretação do autor sobre o estágio do capitalismo do final do século XIX e início do XX, marcado pelas contradições enfrentadas pelas economias centrais relacionadas a fatores como a queda da lucratividade, a expansão do poder de barganha dos trabalhadores e o aumento da composição orgânica do capital.

Nestes termos, ainda de modo pouco conclusivo, poderíamos interpretar o atual estágio de crescimento chinês como aquele que forneceria as condições (ou contradições) típicas das economias centrais que deram as bases para a expansão dos capitais e corrida imperialista no período discutido por Lenin. Como sugere Qi, principalmente depois da crise de 2008, a China enfrenta um cenário de diminuição das taxas de crescimento e queda da lucratividade.

Outro fator importante a se considerar diz respeito ao aumento de poder de barganha dos trabalhadores chineses. Na última década houve de fato um aumento do nível salarial, cujas raízes encontram-se tanto no

5. A origem da análise de Hao Qi com relação a mensuração da taxa de lucratividade e de mais valia remete a economia política clássica e autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Nas décadas recentes o autor se baseia em Moseley (1985) e Shaikh & Tonak (1994), autores que vem desenvolvendo e criando formas de análise empírica com aplicação estatística da abordagem marxista. (Qi, 2017).

aumento da produtividade do trabalho quanto no aumento das pressões e greves na China nesse período⁶.

Alia-se a esse cenário a vasta quantidade de reservas e a fortíssima alavancagem no sistema financeiro e bancário chinês, conformando assim o quadro a partir do qual estariam dadas algumas condições para a expansão externa de capitais, tal como descrito por Lênin.

No entanto, como comentado na seção 2, mesmo Lênin definiu o imperialismo não apenas como uma expressão de contradições econômicas, mas também como uma expressão da ação da classe burguesa dirigida a um processo de exploração externa, marcado tanto pela capacidade de imposição política e ideológica da burguesia, como pela imposição da força e violência em torno de todo o processo.

Dentro deste aspecto vale analisar a questão da relação entre a burguesia e Estado na China.

Como ressalta Cheng (2016) embora alguns autores identifiquem a China atual como um Estado capitalista liberal, mesmo os heterodoxos⁷, trata-se de uma trajetória de expansão específica e diferente. Nela, ao contrário do capitalismo liberal, o setor estatal ainda é muito forte e influente na condução da economia, com as indústrias estatais, por exemplo, sendo as mais importantes e estratégicas, ainda que tenham passado por um amplo processo de transformação desde os anos 80.

Desde o período das reformas há um movimento amplamente dirigido pelo Estado não só de abertura comercial – absolutamente gradual e conduzida pelo Estado – mas também de diversificação da propriedade na China. Em relação às empresas estatais observa-se uma redução da participação no produto industrial, de 77% em 1978 para 33% em 1996, mas ainda assim não houve uma privatização generalizada na China. A redução do número de empresas estatais e da importância relativa destas na produção não indica que essas empresas perderam seu papel estratégico na industrialização chinesa. O que se observou foi que, com as reformas, as empresas estatais passaram a ter maior autonomia em suas decisões e foram orientadas no sentido de apropriar seus custos e buscar eficiência e lucratividade.

Como ressaltam Jabbour e Dantas (2017) uma análise estática da distribuição da propriedade industrial hoje na China leva a percepção equivocada de que as empresas estatais perderam espaço e papel na economia. A partir de uma análise mais totalizante e dinâmica do processo de acumulação chinês é possível perceber que

o aumento de importância *absoluta* do setor privado guarda grande relação com uma dinâmica de acumulação que permitiu ampla *compensação social* com a criação de milhões de empregos nas zonas rurais e urbanas, além de uma dinâmica classe de *capitalistas domésticos* de imensa funcionalidade à *estratégia* nacional e internacional chinesa. E o ator-chave desta estratégia de desenvolvimento, neste caso, é o próprio Estado. A combinação entre *concentração de mercados* e *descentralização do plano* (Medeiros, 1999, p. 109) tem inúmeras facetas sintetizadas numa combinação única entre mercado e planejamento que caracteriza a via chinesa de desenvolvimento até os dias atuais, conformando novas e profundas formas de *divisão social do trabalho*. (JABBOUR e DANTAS, 2017, p.15-16).

Ou seja, por mais que haja uma expansão em termos absolutos do privado na economia chinesa estas mudanças refletem consequências de

6. De acordo com o site China Labour Bulletin, o número de greves da China aumentou substancialmente no século XXI. O Financial Times (2016) traz um estudo relevante: as greves e os protestos na China durante o primeiro semestre de 2016 aumentaram quase 20% em comparação com o ano anterior. Com relação aos salários tem-se que entre 2000 e 2013 o crescimento real dos salários médios dos chineses foi de 11,5% ao ano, sendo que a expansão do PIB foi de 9,8% (Morais, 2013). No entanto é fundamental considerar que na China existem diversos tipos de trabalhos e uma vasta quantidade de trabalhadores informais e sem registro nas cidades, o que dificulta a medição exata do salário. Além disso é importante considerar que houve uma queda na população economicamente ativa, em 2015 somando 800 milhões de pessoas. Os dados de emprego mostram que o nível de emprego em 2015 ficou em 774, 51 milhões. (National Bureau Statistics of China, 2017)

7. A autora cita aqui por exemplo o caso de Panitch e Gindin (2012) segundo os quais a entrada da China na economia global a partir dos anos 80 representaria uma adequação do país ao sistema global neoliberal, muito mais do que um contraponto a ele. Isto porque a China se inseriria como componente fundamental que cumpre um papel no circuito de acumulação global, na medida em que financia o déficit americano via compra de títulos. Este papel seria fundamental para dar continuidade ao processo de expansão do capital financeiro americano. (Cheng, 2016)

políticas planejadas e conduzidas pelo Estado, que por sua vez permitiram uma reordenação da economia para fortalecimento das próprias estatais e do regime como um todo. Ou seja, a China, principalmente pela centralidade política do Partido Comunista, define as diretrizes de políticas que possam cada vez mais atender aos seus objetivos de manter-se no poder e também incorporar a população nesse crescimento. Trata-se de uma sociedade que resulta em grandes contradições em diversos aspectos, mas, ao mesmo tempo, vem revelando avanços no que diz respeito tanto ao crescimento econômico como à incorporação e melhora de vida da população.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o Partido/Estado define as diretrizes de crescimento, a burguesia, classe que aparece com força a partir das reformas, vem influenciando e definindo alguns aspectos da dinâmica de acumulação.

Como mostram Nogueira et al. (2016) o processo de reestruturação das empresas estatais seguiu uma lógica segundo a qual, embora tenham sido mantidas as grandes empresas estatais, segmentos privados que tinham conexões com o Estado acabaram assumindo o controle das empresas menores e médias, o que levou e tem levado a um processo de concentração da renda. Este movimento se alia a capacidade de indivíduos aumentarem suas riquezas por meio do controle de boa parte do capital das estatais que passaram por um processo de abertura de capital. Além de tudo isso, segundo os autores, atualmente na China observa-se um movimento amplo de expropriação da terra por governos locais que tem transferido boa parte da propriedade coletiva para indivíduos privados. Estes movimentos estão na origem da forte concentração de renda e da criação de uma elite chinesa que ganha bastante peso na sociedade atualmente (NOGUEIRA et. al, 2016).

No entanto, ainda que a burguesia tenha um papel importante no direcionamento do atual modelo de acumulação, ela ainda não é definidora dos rumos da acumulação.

Uma forma interessante de analisar a relação entre Estado e burguesia na China é a investigação sobre o Partido Comunista Chinês. Como se sabe o Partido é a maior liderança e controla todas as esferas de decisões, executivas, legislativas, judiciárias e também o Exército. Ainda que exista formalmente um Governo com todas as estruturas correspondentes, o poder decisório está totalmente no Partido, desde o Governo Central até as províncias. Nesse sentido Li (2014) afirma que, apesar da liderança absoluta o PCC mudou bastante ao longo dos anos, tanto em suas estruturas de decisão como em seus membros. Além de aumentar incrivelmente em número de membros (89 milhões) hoje o partido é muito amplo e pode ser visto como dividido entre duas grandes forças, os chamados “reds” defensores de uma maior distribuição da renda, controle ambiental e expansão dos direitos sociais, e os “experts”, aqueles ligados aos empresários (com muitos membros eles próprios empresários), que pressionam no sentido de intensificar os processos de acumulação e geração de riqueza. Os dois grupos conformam segundo o autor o que se poderia chamar de bipartidarismo chinês, dada a forma como há uma pressão dos dois dentro do partido e nas esferas de decisão.

Ainda assim, como sugere Li,

Claramente, apesar dos empreendedores privados jogarem um papel muito significativo no PCC comparativamente ao que jogavam há alguns anos atrás, existe um longo caminho a perseguir antes de que sua influência política chegar a algum lugar próximo do seu poder econômico.⁸ (Li, 2014, p.210).

Ou seja, apesar da influência dos empresários e parcela da burguesia não se pode afirmar que ela dá unidade de classe e exerce uma operação ideológica, que procura impor ao conjunto da sociedade os interesses da própria burguesia.

Nesse ponto é possível pensar a partir da argumentação de Poulantzas acerca do Estado e do imperialismo e da preponderância da burguesia em definir os rumos e os termos dos processos de expansão.

Na China poderíamos afirmar entender o Estado como instituição que possui um poder próprio, ao menos até agora. No que diz respeito ao imperialismo, portanto, tem-se que é este Estado que vai moldar a ação também no plano internacional.

A expansão chinesa e impactos nos países periféricos:
novas determinações do imperialismo?.....

A partir destas determinações internas observa-se que, depois de mais de trinta anos em que a China foi receptora de uma quantidade crescente de investimentos externos, na primeira década do século XXI a situação se inverte e os chineses avançam expandindo-se para diversas partes do mundo.

A marca desse processo é certamente os investimentos externos com as empresas chinesas alcançando diversas partes do mundo, apoiadas em um volume substancial de reservas acumuladas e com o apoio do governo. (SHAMBAUGH, 2013).⁹ A quantidade de reservas é tão ampla que a exportação destes capitais passa a ser um componente fundamental da própria manutenção da moeda chinesa a um nível competitivo. Ou seja, a garantia do yuan desvalorizado depende da exportação das reservas em dólar.

Em 2006 o fluxo de IDE's chineses para fora atingiu US\$21.16 bilhões (e de estoques US\$90.63 bilhões). Em 2014 estes fluxos passam para US\$ 123 bilhões de dólares, que representa 9,1% do total mundial. A China é o terceiro maior investidor, atrás dos Estados Unidos e Hong Kong.¹⁰

Fundamental neste processo é entender que em termos de estrutura de propriedade desses investimentos prevalece o setor público, as empresas estatais, com quase 90% dos IDEs. (ALON et. al, 2014; MOFCOM, 2011; SANTOS e MILAN, 2014).

A globalização destas empresas chinesas tem sido fortemente influenciada por fatores institucionais, com o governo chinês desempenhando um papel mais ativo no patrocínio e no apoio às empresas para se tornarem globais. Como afirmam Alon et. al, (2014) e Santos e Milan (2014) estes investimentos estão principalmente ligados a setores de comércio que se relacionam a exploração de recursos primários, ainda que outros setores também sejam importantes.

Quando se observa o caso da expansão da China no continente africano, por exemplo, tem-se que os principais fluxos de IDEs englobam o

8. (tradução livre). "Clearly, although private entrepreneurs play a much more significant role in the PRC than they did just a few years ago, there is still a long way to go before their political clout comes anywhere near matching their economic power. (Li, 2014, p.210)"

9. Já no início dos anos 90, no Décimo Quarto Congresso do PCC, Jiang Zemin, presidente do país desde 1983, fez um discurso afirmando que o Partido iria garantir as empresas do país condições para operações externas. Em 1996, voltando de uma visita à África, Jiang fez um discurso importante encorajando as firmas chinesas a saírem, cunhando pela primeira vez a expressão "go out". (SHAMBAUGH, 2013).

10. É fundamental considerar que na lista dos maiores receptores de investimentos chineses estão os asiáticos, com Hong Kong liderando, e em 2010 recebendo 38,5 bilhões de dólares, seguido pelas Ilhas Virgens (6 bilhões) e as ilhas Cayman (3 bilhões). Segundo Shambaugh (2013), isso é um fato importante dos investimentos chineses que deve ser pontuado para não subestimar os IDEs que vão para outras regiões além da Ásia, como América Latina e África. Estes países seriam segundo o autor paraísos fiscais, para onde os IDEs chineses se dirigem e a partir de lá são dirigidos para diversos lugares. Estes locais seriam utilizados como centros ou plataformas para investimentos que são dirigidos a outros países. Segundo o autor os chineses têm uma preferência por estas localidades dadas as facilidades de serviços financeiros e infraestrutura para realizar os IDEs. (SHAMBAUGH, 2013).

setor de minérios, com 40.74% do total; serviços de negócios, com 21.58%; setor financeiro, com 16.4%; setor de transportes e telecomunicações, com 6.57%; comércio, 6.57%; artigos manufaturados com 4.33%. (KIGGUNDU, 2008). De acordo com documento oficial do governo Chinês (WHITE PAPER, 2010) os principais investimentos chineses na África são relacionados a setores de exploração mineral, setor financeiro, manufatura, construção, turismo, agricultura, florestas, agricultura e pesca. (WHITE PAPER/GOV. CHINA, 2010).

Com relação ao que se poderia denominar de “modelo de aproximação” da China observa-se um movimento de articulação interna que reúne o governo chinês, as instituições financeiras, principalmente o EximBank, e as empresas chinesas, principalmente as estatais. No caso de diversos países da África o movimento segue uma lógica de aproximação em que o governo chinês, amparado em uma capacidade financeira surpreendente, se dirige aos países oferecendo grandes volumes de recursos por meio das instituições financeiras, principalmente o EximBank, concedendo empréstimos volumosos, a taxas baixas e prazos longos e muitas vezes sem condicionalidades. No topo desta articulação e no centro de operações da política chinesa está o governo, através do Ministério do Comércio, a partir do qual emana uma série de outros órgãos tanto voltados à articulação política e diplomática como também responsáveis pela garantia de financiamento. Ao lado do Ministério do Comércio estão o Ministério dos Assuntos Exteriores e o China Eximbank, formando assim as três instituições centrais envolvidas na política externa de cooperação econômica chinesa. (BRAUTIGAM, 2009).

Este “modelo de aproximação”, segundo alguns autores, diferencia-se fortemente dos investimentos provenientes de países ocidentais. Enquanto empresas norte-americanas e europeias, por exemplo, na maioria privadas, investem na África voltadas para atender objetivos de curto prazo ligados à lucratividade, os IDEs chineses teriam um perfil fundado sobretudo em objetivos de longo prazo, realizados por meio de grandes empresas estatais, amparadas por uma estrutura de crédito e financiamento que lhes dá a possibilidade de trabalhar com horizontes mais amplos de investimento e com objetivos de lucratividade não imediatos. Além disso, os investimentos chineses, mesmo concentrados em projetos ligados a exploração de recursos naturais tem sido também dirigidos a grandes projetos de infraestrutura.

Como aponta Cheng (2016) para alguns autores a expansão da China estaria ligada a necessidade de mercados externos para exportar seus produtos, pois haveria um mercado interno de baixo consumo. Assim a China estaria se expandindo para estabelecer relações assimétricas com países mais pobres e ter acesso aos produtos primários, em uma clássica ação do tipo imperialista. No entanto, Cheng ressalta que esta expansão é conduzida pelo Estado por meio de projetos de longo prazo que não visam o lucro rápido e fazem parte de uma estratégia de crescimento que não estaria ligada a problemas internos de superprodução ou excedente de capitais. (CHENG, 2016).

O fato é que, por mais que a expansão chinesa siga conduzida principalmente por uma prerrogativa de Estado e que em muitos sentidos ela

se diferencie das clássicas aproximações ocidentais em países periféricos, uma vez que ela reflete as contradições internas daquele modelo ela também repercute externamente suas controvérsias com impactos ora positivos e contrapostos a ordem vigente, ora negativos para os demais países.

D um lado a China projeta com sua expansão um modelo que parece contraposto a ordem neoliberal imperialista, mas, ao mesmo tempo, esta expansão manifesta contradições internas ligadas a este próprio modelo e a continuidade do seu desenvolvimento.

Senão, vejamos. Desde o início do século XXI o aumento da demanda chinesa por bens primários, por exemplo, teve implicações importantes para a conjuntura externa, contribuindo para o aumento dos preços de alguns artigos primários comercializados internacionalmente, produzidos principalmente por países periféricos, além de contribuir para o aumento do volume total exportado destes bens. Este aspecto ligado ao aumento das importações aliou-se a outro derivado das exportações chinesas no mundo, via custo dos artigos manufaturados. O grande volume e as melhores condições de custo da produção chinesa contribuíram para a manutenção dos preços internacionais de bens manufaturados a níveis baixos¹¹.

O resultado foi a reversão nos termos de intercâmbio, principalmente a partir dos anos 2000, que ocorreu tanto pelo efeito da demanda chinesa como pelo efeito custo na manutenção dos preços dos bens manufaturados a níveis baixos. Esta alteração promoveu mudanças importantes na conjuntura internacional e na forma de inserção das economias periféricas primário-exportadoras.

Um aspecto fundamental deste processo é a forma através da qual, a partir desta nova conjuntura, diversos países ampliaram sua participação no comércio global e observaram uma melhora no quadro macroeconômico que se deu principalmente via relaxamento do Balanço de Pagamentos. Este efeito é pouco considerado quando se analisa a conjuntura da globalização e do neoliberalismo. O fato é que, ao contrário dos anos 90, nos anos 2000, diversos países periféricos conseguiram, mesmo seguindo doutrinas macroeconômicas ortodoxas e neoliberais, ampliar suas taxas de crescimento via exportações e políticas internas. Os impactos foram relevantes em termos de melhora da renda (no caso do Brasil, por exemplo) e redução da pobreza (caso do Brasil e também vários países africanos).

Claramente estas mudanças não levaram nem na América Latina nem na África a mudanças estruturais, com ampliação da indústria em detrimento da especialização primária.

Esta constatação levou muitos autores a defender a tese de que a dificuldade de mudança estrutural e a baixa industrialização, tanto na América Latina como na África, seriam causas diretas da competição com a entrada das manufaturas chinesas por um lado e, por outro, da forte demanda externa por bens primários. (KAPLINSKY, 2008; KAPLINSKY, MCCORMICK and MORRIS 2007, 2010; GALLAGHER, MORENO-BRID and PORZECANSKI 2008).

Contrariamente a esta ideia Dic Lo (2016) afirma que a maior parte destes estudos mostram casos particulares de países em desenvolvimento, que não revelariam uma tendência mais ampla segundo a qual, em

11. Este efeito ocorre a partir da dificuldade dos países produtores de bens industrializados em manter a níveis elevados os preços nominais em dólar dos artigos industrializados, dada a forte competição com o custo em dólar mais barato do trabalho na produção industrial chinesa voltada para exportação. Esta competição com a produção chinesa faz com que o poder de barganha dos trabalhadores dos países centrais fique reduzido, contribuindo para manter em níveis baixos os preços internacionais dos artigos manufaturados. Entre 1994 e 2001 a taxa de crescimento anual dos preços dos bens manufaturados foi de -0,8%. Entre 2002 e 2009 a taxa de crescimento foi de 2,7%, contra 12,4% de crescimento dos preços do petróleo e 6,7% de aumento dos preços de artigos primários. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

termos agregados, a parcela das exportações de manufaturas a partir de países em desenvolvimento teria aumentado, mesmo excluindo a China. (DIC Lo, 2016).

Com relação ao problema da primarização o autor ressalta que a dificuldade dos países em desenvolvimento em industrializar-se deve-se muito mais a problemas internos, principalmente de baixo investimento, do que necessariamente a concorrência chinesa. A China aumentou substancialmente o valor agregado de suas exportações mediante políticas de up grading tecnológico, investimento em formação bruta de capital fixo, que resultaram não apenas no crescimento da indústria, mas também em aumentos de produtividade¹²

12. A média da produtividade do trabalho na China cresceu a uma taxa de 9,3% ao ano no período de 2000 a 2014. (Dic Lo, 2016).

Nesse sentido, é fundamental considerar que o impacto da China nos países em desenvolvimento deve ser entendido em um contexto que, desde os anos 90, esteve marcado pela globalização e pela expansão do setor financeiro, além dos programas de ajuste estrutural impostos pelas organizações multilaterais que levaram a expansão das dívidas e condições macroeconômicas adversas aos países periféricos. Esta conjuntura, que ainda se apresenta nos dias de hoje, reflete antes de tudo as manifestações concretas do que poderia chamar de “novo imperialismo”, tal como analisado pelas formulações de Wood e Harvey.

A entrada da China, principalmente a partir do século XXI, deve ser vista nesse sentido como representando um elemento que se contrapõe àquele contexto de imperialismo neoliberal. Como sugere Lo,

no contexto de uma economia mundial neoliberal que é voltada para a especulação, as atividades orientadas para a produção chinesas podem ser vistas como uma força compensatória [...] Dado a forma recente do imperialismo em novos tempos, isto é, a predominância da hegemonia financeira, pode ser argumentado que a saída para fora da China tem funcionado como uma força compensatória em vez de um cúmplice¹³ (Dic. Lo, 2016, p.10).

13. “in the context of a neoliberal world economy that is increasingly speculation-oriented, China’s production-oriented activities can be seen as an important countervailing force [...] In view of the actual form of imperialism in our times, namely, the predominance of financial hegemony, it can be argued that China’s “going out” has hitherto acted as a countervailing force, rather than an accomplice.” (Dic. Lo, 2016, p.10)

É fundamental, nesse sentido, situar a China dentro de um contexto segundo o qual ainda impera fortemente a força da acumulação via especulação, uma das bases concretas do tipo de imperialismo que se observa hoje em dia.

Como apontado por Wood, Harvey e Amim o novo imperialismo caracteriza-se por formas mais opacas de submissão e exploração, através por exemplo da imposição de programas de ajuste estrutural; a força das grandes corporações privadas, principalmente americanas; a lógica de privatizações; a expansão da acumulação financeira; e a redução do papel do Estado. Todas estas dimensões envolvem principalmente elementos de um novo imperialismo que marca a força de certos estados Nacionais, principalmente, dos Estados Unidos.

O padrão de acumulação chinês fundado sobretudo na preponderância do Estado seria um contraponto a este modelo. A projeção externa do país refletiria, nesse sentido, a expansão deste modelo de desenvolvimento que se diferencia amplamente do modelo neoliberal.

Apesar da constatação da especificidade da expansão chinesa, trata-se de um fenômeno que se apresenta de forma contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que se contrapõe a lógica do imperialismo atual, gera consequências controversas e negativas para os demais países.

Por mais que não se possa falar, por exemplo, em primarização das economias periféricas causada estritamente pelo efeito China, é inegável a dificuldade que os países periféricos enfrentam com relação a industrialização e avanço nas cadeias globais de valor em um contexto em que a China ocupa posição fundamental em diversos ramos e setores. Para países africanos ou latino americanos que pretendem avançar para além da exportação de produtos primários, apresenta-se um quadro de forte competitividade.

Além disso, ao aproximar-se de países com vasta disponibilidade de recursos primários em muitos casos os chineses atuam de forma a estabelecer relações de troca vantajosas para si próprios, mas que são prejudiciais para os países exportadores. Por mais que a China não imponha condições e condicionalidades, tais como o modelo de programas de ajuste estrutural, ela procura atender seus próprios objetivos quando estabelece relações com outros países.

Outra questão relacionada as controvérsias da aproximação chinesa diz respeito aos crescentes fluxos de investimento do país no mundo. Como explicitado, a partir do imperativo de atender a demanda por recursos primários e da vasta disponibilidade de recursos financeiros internos, os chineses vêm ampliando tanto investimentos como empréstimos em países asiáticos, latino americanos e africanos. Este alto volume de empréstimos, segundo alguns autores, coloca os países periféricos reféns de uma nova forma de endividamento externo. No caso do Brasil, por exemplo, o país já é um dos maiores receptores dos créditos chineses (15 bilhões de dólares em 2016) e na América Latina esses créditos passam de 20 bilhões. A maioria relacionada a contratos de exploração de recursos como petróleo.

No caso das economias africanas, por mais que elas tenham se favorecido da melhora do quadro macroeconômico, das exportações e empréstimos e fluxos chineses, após mais de uma década a participação da indústria no valor agregado total no continente africano como um todo permaneceu a mesma, em 2000 era de 33% e em 2014 essa parcela correspondeu a 32%. (UNCTADSTAT, 2016).

Quando se observam os dados referentes a pauta exportadora dos países africanos verifica-se a permanência dos artigos primários, com Angola em 2014 com 96% das exportações sendo de petróleo, ou a Nigéria, uma das maiores economias do continente com 91% da pauta correspondendo a petróleo. Mesmo economias mais diversificadas como a África do Sul mantém quase 50% da pauta de exportações de produtos primários. (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2017).

Alguns casos servem como exemplo para elucidar a questão dos efeitos contraditórios da expansão chinesa. No caso da África do Sul, por exemplo, observa-se o aumento das exportações de bens primários, grande parte deles dirigidos à China, que por sua vez avança também a partir da entrada de investimentos externos no país, não apenas nas áreas de mineração mas também na indústria manufatureira. O crescimento da década no país permitiu uma certa melhora da capacidade de atuação do governo, principalmente a partir de 2005, quando se ampliam os investimentos em infraestrutura, os gastos públicos e as despesas internas. Esse

movimento repercutiu em alguma melhora em termos de emprego e redução da pobreza. Ainda assim as taxas de desemprego continuam altas, assim como a pobreza da população. O fato com certeza mais alarmante é a manutenção de um quadro gravíssimo de concentração de renda, que faz com que o país continue como um dos mais desiguais do mundo.

No caso de Angola a inserção da conjuntura dos anos 00 parece bem promissora, assim como a entrada dos fluxos financeiros e investimentos chineses no país. A expansão das exportações de petróleo e o aumento das rendas de exportação tem permitido a manutenção de um ritmo acelerado de crescimento econômico, assim como a entrada dos grandes volumes de empréstimos chineses direcionados para grandes projetos de infraestrutura foram fundamentais na expansão. Mais uma vez observa-se a ampliação dos gastos do governo, do consumo e dos investimentos como motores do crescimento no país. Os indicadores de pobreza e desigualdade apresentaram alguma melhora, mas as condições de pobreza permaneçam para grande maioria da população. Não se observou no país ao longo da década maiores mudanças estruturais. Diversas críticas têm sido feitas a aproximação da China no país, dirigidas, por exemplo, às empresas de construção chinesas, acusadas de não utilização de mão de obra angolana; muitas críticas se dirigem a elite de Angola e ao governo, que seriam os principais beneficiados pela aproximação chinesa. Mesmo com a expansão dos projetos em infraestrutura e a melhora relativa dos índices sociais a elite do país não parece disposta a criar mecanismos voltados para o desenvolvimento social da população. (POWER e ALVES, 2012).

Conclusões

O Imperialismo como conceito e categoria criado a partir dos teóricos marxistas do início do século XX manifesta-se a partir de diversas dimensões da realidade e reflete um fenômeno intrinsecamente ligado à expansão de um modelo de vida, o modo de vida capitalista. Esse nos parece ser o sentido profundo da categoria em suas mais diversas abordagens.

Nesse sentido, a discussão sobre as expressões mais recentes do imperialismo não pode se esgotar na análise das variáveis econômicas e nem estritamente políticas, como já esclarecia Lênin. Assim, mesmo em autores como Wood e Harvey, cabe apontar críticas com relação a uma certa desconsideração de alguns aspectos do imperialismo hoje, como a militarização e as guerras, que também deve ser objeto de investigação com relação ao tema específico da expansão da China, em futuras análises.

Dada esta consideração, o objetivo do artigo foi apontar alguns elementos que podem ajudar no entendimento das manifestações do imperialismo hoje sem, no entanto, abarcar a complexidade desta categoria.

Como se procurou argumentar, a expansão chinesa se apresenta nos anos recentes como um fenômeno fundamental no entendimento da dinâmica econômica global e das relações internacionais. A China já é um ator novo no cenário global e sua ascensão deve ser tema de ampla investigação.

Nos termos estritos a categoria imperialismo, entende-se que a expansão chinesa deve ser analisada com cautela, antes de ser conceitual-

zada como imperialista, principalmente pelo fato de que a China se apresenta como uma economia capitalista, mas tem sua trajetória histórica e perspectivas futuras marcadas pelo socialismo.

Desde Deng Xiaoping a opção chinesa para alcançar o socialismo vem se dando através da abertura e inserção em um modelo capitalista. Nesse sentido apoia-se em processos de acumulação de capital que, embora liderado pelo Estado, representa formas de acumulação capitalistas.

A trajetória chinesa é então marcada pelo enfrentamento de diversas contradições internas, que colocam constantemente o desafio de, ao mesmo tempo ampliar e aprofundar um modelo mais equitativo e ao mesmo tempo enfrentar as contradições típicas de uma economia capitalista.

Como foi possível analisar ao longo do texto, estas contradições internas projetam-se nos dias atuais também externamente, a partir da expansão da China. Esta projeção externa se define de forma também contraditória, na medida em que manifesta tanto um contraponto a lógica imperialista então vigente, mas também, ao mesmo tempo, a ação prática de uma economia que busca atingir suas metas em termos de crescimento e acumulação de capital.

Nesse sentido é preciso, ao contrapor as teses imperialistas clássicas e também as formulações mais recentes em torno do “novo imperialismo”, considerar estas novas determinações inscritas na experiência recente chinesa, para fugir do senso comum de que a China representa apenas mais um caso de expansão imperialista.

A perspectiva clássica leninista inscreve-se na ideia de que o imperialismo representa uma etapa do capitalismo que se expressa tanto pelas contradições econômicas como pela ação da burguesia nacional dos grandes centros, aliada aos governos na busca por anexação de territórios, exportação de capital e acesso a mão de obra.

Com relação a China recente, se é possível avançar em termos conclusivos, podemos dizer que em muitos sentidos alcançou-se um nível de acumulação de capital no qual de fato impõe-se a necessidade de exportação de capitais. Esta exportação de capitais vem ocorrendo mediante a ação principalmente estatal, através da expansão das empresas chinesas, na busca principalmente de acesso a recursos naturais. Nesse ponto a forma que esta expansão vai assumir coloca a China em um grande dilema, qual seja, o de avançar nos objetivos estratégicos do Estado, sem recorrer a práticas e ações típicas das economias capitalistas, como por exemplo a ação violenta e militarizada, típica das experiências do imperialismo na África ou mesmo na Ásia.

A expansão chinesa, entendida nestes termos, reflete um processo que se diferencia do chamado imperialismo clássico, também na medida em que, tal como sugere Poulantzas, não existiria uma burguesia autônoma que lidera os processos de expansão, já que por mais que esta burguesia tenha um papel cada vez maior na China, ela ainda não lidera a orientação da acumulação de capital e as decisões de expansão global. Assim, trata-se de um processo em que a burguesia não exerce uma ação política no sentido de orientar a ação do Estado.

No que se refere as formulações em torno do chamado novo imperialismo encontram-se também ponderações que colocam o caso chi-

nês muito mais como contraponto a ordem neoliberal do que como mais uma expressão do imperialismo. Como apontado ao longo do texto, é fundamental situar a China dentro de um contexto de novas formas de imperialismo caracterizada por formas de submissão e exploração através principalmente, mas não apenas, da expansão da acumulação financeira e da redução do papel do Estado. E nesse sentido específico o padrão de acumulação chinês fundado sobretudo na preponderância do Estado seria na verdade um contraponto a este modelo e não uma expressão dele. A projeção externa do país refletiria assim a expansão de um modelo de desenvolvimento que se diferencia amplamente do modelo neoliberal.

É fundamental considerar que a análise feita aqui não implica na conclusão de que a expansão chinesa representa o desenvolvimento de novas formas de relação entre os países baseadas na cooperação e no respeito mútuo. Mesmo que novas determinações devam ser incorporadas e que o caso chinês não se insira dentro das perspectivas clássicas do imperialismo, não significa que a China não atue de maneira a submeter as diversas economias com as quais se relaciona. Significa dizer, apenas, que estamos diante de novas formas de relação entre países, que refletem trajetórias distintas.

De modo ainda pouco conclusivo, a ideia aqui é de que se trata de um fenômeno novo que carece de amplos estudos em um contexto em que a posição da China na economia mundial é cada vez mais importante em termos econômicos e políticos.

Referências

- ALON, Ilan; Hua Wang, Jun Shen and Wenxian Zhang. (2014). "Chinese state-owned enterprises go global". Disponível em: <file:///C:/Users/Val%C3%A9ria/Downloads/2014%20JBS-12-2013-0118%20Chinese%20SOE%20OFDI.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- AMIN, S. O imperialismo, passado e presente. **Revista Tempo**. Vol.9 no.18. Niterói Jan./Jun, 2005.
- AREMU, Fatai Ayinde. (2009) **A Comparative Study of Japan and China's African Diplomacy in Contemporary Historical Context**. Ritsumeikan Asia Pacific University. In: <http://rube.ritsumei.ac.jp/bitstream/10367/225/1/RJAPS23_A%20Comparative%20Study%20of%20Japan%20and%20China's%20African%20Diplomacy%20.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- BOND, Patrick. (2014). Which way forward for the BRICS in Africa, a year after the Durban summit?. **Pambazuka News**. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/governance/which-way-forward-brics-africa-year-after-durban-summit>. Acesso em: 25 out. 2017.
- BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift – the reall history of China in Africa**. Oxford Press, 2009.
- BUKHARIN, Nikolai I. **A economia mundial e o imperialismo**. Editora Nova Cultural, 1986.
- BUGIATO, Caio. A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. **Revista Quaestio Iuris**, Vol. 7 N. 2. 2014.
- CHENG, Sam-Kee. **An alternative view on the anomaly of chinese capitalism**. Londres, 2016 (Texto não publicado).
- FRANCO, Thiago Fernandes. Sobre a Odisséia do Capital: comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias. Tese de Doutorado. Instituto de Economica, Unicamp. Campinas, 2015.
- GALLAGHER, K., J.C. MORENO-BRID, and R. PORZECANSKI. The dynamism of Mexican exports: lost in (Chinese) translation? **World Development**, 36 (8): 1365-1380, 2008.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. **O Capital financeiro**. São Paulo. Editora Nova Cultural. 1985.

- HOBSON, John A. **Imperialism: a study**. New York: James Pott & Company, 1902.
- JABBOUR, Elias e DANTAS, Alexis. A economia política das reformas e a presente transição chinesa. **Revista de Economia Política**. Vol.37, n.04(149), pgs 15-16. 2017.
- KAPLINSKY, R. What does the rise of China do for industrialisation in Sub Saharan Africa? **Review of African Political Economy**, 35 (115): 7-22, 2008.
- KAPLINSKY, R., D. McCormick, and M. Morris (2007) “The impact of China on Sub Saharan Africa”, IDS Working Paper no.291, <http://www.ids.ac.uk/files/Wp291.pdf>
- KAPLINSKY, R., D. MCCORMICK, and M. MORRIS (2010) “China and Sub Saharan Africa: impacts and challenges of a growing relationship”, in V. Padayachee ed., *The Political Economy of Africa*, London: Routledge.
- KIGGUNDU, N. Moses. A profile of China’s outward foreign direct investment to Africa. **Proceedings of ASBBS**, v. 15 n. 1, p. 130-144, fevereiro, 2008.
- LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.
- LI, Cheng. Communist Party-State: The Structure and Dynamics of Power. In: William A. Joseph. **Politics in China** An Introduction. Second Edition. Oxford University Press. Nova York, 2014.
- LO, Dic (2016), **Developing or Under-developing? Implications of China’s ‘Going out’ for Late Development**, SOAS Department of Economics Working Paper No. 198, London:SOAS, University of London.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARIUTTI, E. (2013). **Interpretações clássicas do imperialismo**. Textos para discussão. Unicamp.
- MARTINS, Mônica D. e GOLDONI, Luiz R. (orgs). **Tensões Mundiais**. Observatório das nacionalidades. Fortaleza, 2014.
- MEDEIROS C. A. DE; SERRANO, F.; FREITAS, F. **The Decoupling of Economic Growth of the Developing Countries in the Last Decade**. Paper elaborado para o World Keynes Conference at Izmir Economics University 26-29th of June 2013.
- MOFCOM (MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA). Regular Press Conference of the Ministry of Commerce on November 16, 2011. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/article/pressconferenceinyears/2011/201112/20111207856567.shtml>>.
- NOGUEIRA, Isabela de M; PINTO, Eduardo; Chen, Huashan. (2016). **The Political Economy of Distribution in Brazil and China in the 2000’s**. Texto para discussão Instituto de Economia UFRJ.
- NATIONAL BUREAU STATICS OF CHINA. Acesso em: 15 ago. 2017.
- OLIVEIRA, Amaury Porto.(2007). **A política africana da China**. Disponível em <<http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. **The Making Of Global Capitalism The Political Economy of American Empire**. Editora Verso, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POWER, Marcus; ALVES, Ana Cristina. China anda Angola – A marriage of convenience? Pam-bazuka Press, 2012.
- QI, Hao. (2017). **Dynamics of the Rate of Surplus Value and the “New Normal” of the Chinese Economy**. Working paper, n 438. Political Economy Research Institute. University of Massachusetts Amherst.
- QUIANG, Zeng. (2008). **African Forum & Network on Debt and Development (AFRODAD). Mapping Chinese Development Assistance in Africa. A synthesis analysis of Angola, Mozambique e Zimbabwe**. Disponível em: <<http://www.afrodad.org/downloads/publications/China%20in%20Africa%20Draft.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- RIBEIRO, Valéria L. (2008). **“A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do Século XX”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- RIBEIRO, Valéria Lopes. (2013). **“A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI”**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Defendida em Setembro de 2013.
- ROUSSET, Pierre. (2014). “Chinese ambitions - An imperialism in formation”. International Viewpoint. Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article3468#nb4>>.

SANTOS, Leandro T. e MILAN, Marcelo. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos. **Revista Contexto Internacional**. vol.36, n.2, pp.457-486, 2014.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global – A partial power**. Oxford University Press, 2013.

SMITH, John. (2015). **Imperialism in the Twenty-First Century**. In: Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2015/07/01/imperialism-in-the-twenty-first-century/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. 2017. <http://atlas.cid.harvard.edu/UNCTAD>. UnctadStat, 2016

WHITE PAPER, (2010). China-Africa Economic and Trade Cooperation. The Information Office of the State Council. Dezembro 2010, Pequim. Disponível em: <[http://www.gov.cn/english-Fh/official/2010-12/23/content_1771603.htm](http://www.gov.cn/english/Fh/official/2010-12/23/content_1771603.htm)>.

WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo. Boitempo, 2014.

WORLD BANK DATA. Acesso em: 02 ago. 2017.

YOUFA, Liu. (2011). **Chinese Expert on China-Africa Relations over Past 55 Years**. Entrevista vice-presidente do China Institute of International Studies. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/zfgx/t805423.htm>>. Acesso em: 02 set. 2014.